

2. Os preconceitos dos filósofos

2.1. O ponto de partida

Há uma questão no pensamento de Nietzsche que salta aos olhos do leitor quase de imediato ante as primeiras páginas de *Além do bem e do mal* ou da *Genealogia da moral*. O modo abrupto pelo qual a questão se impõe à leitura não permite que ela seja capturada em um reconhecimento formalizado ou que o leitor, neste breve espaço de tempo em que a questão o atropela, escape ao desconforto de conquistar apenas uma compreensão nebulosa e inapreensível como sistema. Desde o início, o leitor é obrigado a desdobrar-se e a ter o seu pensamento cindido diante da imbricação entre conhecimento e moral, que, a cada linha de Nietzsche, não deixa de impressionar até mesmo o leitor informado do que encontrará.

Em um primeiro momento, não se pode precisar de onde surge a questão da imbricação entre conhecimento e moral e, com ela, um importante tema da filosofia de Nietzsche. Há dois grandes pontos nodais no pensamento do filósofo que se deixam mobilizar pela questão. Escutam-se suas ressonâncias desde a leitura mais descomprometida ou sem apego a um tema preestabelecido. O primeiro deles é a crítica às teorias do conhecimento; o segundo é o mal-estar decorrente do estado da cultura naquele momento e, podemos dizer, até hoje.

É possível supor que o interesse de Nietzsche pelas teorias filosóficas do conhecimento tenha brotado a partir do mal-estar que ele sentia e identificava como cultural. Sua intuição lhe indicava que seu tempo histórico estava marcado por certa decadência de produções culturais e pela contínua degradação dos valores constituintes do tipo de vida apegado de então. Pesquisar as produções culturais seria o modo pelo qual Nietzsche poderia esclarecer de onde havia surgido a decadência agora sentida brutalmente. A filosofia incluía-se entre as produções culturais que interessavam à pesquisa, mas possuía lugar privilegiado. Para conhecer aquilo que lhe importava, Nietzsche precisava ampliar o âmbito de alcance do conhecimento. A filosofia, como campo onde se trata das questões do conhecimento, estava por demais reduzida em suas teorias do conhecimento. Neste sentido,

dois motivos para o interesse pela crítica ao saber apresentam-se desde o início: o saber como redução do pensamento e o saber como construção cultural decadente.

O tema do mal-estar que serviu de largada para o pensamento de Nietzsche deverá, por ora, permanecer latente. Sua abordagem se encontrará no final do capítulo como retorno ao início. A minha elaboração da crítica nietzschiana às teorias do conhecimento contorna este problema até que o pensamento possa, com mais rigor, adentrar a sua gênese.

2.2. A filosofia como “história de um erro”¹

Sob a ótica de Nietzsche, toda a história da filosofia é marcada por teorias do conhecimento baseadas na mesma interpretação do mundo, por mais que os diferentes pensamentos que compõem a tradição filosófica aparentemente desmintam tal percepção. A pesquisa de Nietzsche sobre a história da metafísica recaiu especificamente sobre aquilo que faz com que se reconheçam os filósofos da tradição a despeito das idiossincrasias de suas teorias. De acordo com o modo tradicional de leitura da filosofia, cada filósofo representaria um cosmos, uma explicação para os mistérios da existência, um caminho racional distinto dos demais. Nietzsche, no entanto, preferiu ler nos diversos textos filosóficos uma identidade camuflada pela impressão de ruptura entre os pensamentos dos filósofos. O autor exerceu grande esforço de crítica à metafísica, a começar pelo esforço de destacar a continuidade desta história aparentemente descontínua e rica em antagonismos. Em quase todos os seus livros, tem-se notícia de sua interpretação crítica acerca dos filósofos. Ainda que Nietzsche se detenha em esclarecer sua concepção sobre um ou outro filósofo, é sempre nítida a inserção de todos os filósofos e suas especificidades em uma história sustentada por alguma continuidade.

Nietzsche escolheu nomear a continuidade da filosofia de “história de um erro”. Todos os filósofos compartilharam alguns mesmos erros e ilusões fundamentais. Os dois termos, aliás, erro e ilusão, foram bastante caros às teorias filosóficas. No grande apreço metafísico pelo julgamento do erro ou da veracidade de um juízo, já se pressente o erro

¹ Cf. CI, p. 31s.

reconhecido por Nietzsche como a história da filosofia: a verdade metafísica, por definição única e absoluta, foi sempre posta em oposição aos erros e ilusões, enquanto a questão da veracidade do conhecimento ficou encerrada nessa dicotomia dualista.

A filosofia mostrou-se para Nietzsche como a história dos mesmos preconceitos dogmáticos, apresentados em cada momento com uma roupagem apenas superficialmente diferente. Deu-lhes o nome de preconceitos dos filósofos, constituindo com isso uma bela e entusiasmada história crítica da filosofia. A história da filosofia foi contada por Nietzsche como a história do erro da necessidade da postulação de um “mundo verdadeiro” em oposição ao mundo sensível. Toda a filosofia sustentou-se sobre a criação de um outro mundo distinto do mundo que aparece à percepção. Nietzsche detectou um processo duplo associado à criação do “mundo verdadeiro”: por um lado, o “mundo verdadeiro” arcava com a responsabilidade de explicar e garantir a existência das aparências, e respondia pela causa única de todas as coisas; por outro lado, o “mundo verdadeiro” assegurava que o mundo das aparências vivia sob a égide da desordem, que não correspondia à essência mesma das coisas e que, portanto, mereceria ter seu modo de existência negado e desvalorizado. O “mundo verdadeiro” forneceu a garantia da permanência da negação de tudo o que é próprio do mundo sensível, de modo a sustentar a manutenção de um certo tipo de vida que nega o mundo.

A criação do “mundo verdadeiro” sustentou a pressuposição filosófica de que o conhecimento pudesse criticar a si mesmo a partir de seu próprio instrumento. A filosofia compreendia o seu instrumento e o seu objeto, a racionalidade, como isolada do resto do mundo. A relação da filosofia com o “mundo verdadeiro”, com a realidade dada por detrás de suas teorias, aparecia aos filósofos como a causa suficiente de seu pensamento crítico. O conhecimento, concebido como tendo uma relação privilegiada com o âmbito da verdade, deveria ser capaz de constatar sua força e seus limites por si só. O contra-senso, apontado por Nietzsche, presente na operação lógica de supor que um instrumento tenha um parâmetro capaz de medir com objetividade o seu próprio alcance, sequer podia ser intuído pelos filósofos da metafísica.

Por mais diferentes que fossem um filósofo do outro, a história da filosofia como um todo se privou de questionar o fundamento do conhecimento. Como poderia se questionar acerca de seu fundamento se tal questionamento originava-se a partir dos mesmos

fundamentos? A filosofia estava restrita ao domínio de sua própria criação, enredada por suas invenções, sem a possibilidade de tomar uma posição que lhe favorecesse a elucidação de seus pontos cegos. A falta de perspectiva histórica da filosofia criava a miragem de que o campo de seus valores fosse isolado do campo dos valores em geral. A aparência de isolamento da filosofia era retificada pelo argumento de que as idéias filosóficas de algum modo seriam geradas pelo mundo de onde a verdade irradiaria a sua luz, cujo acesso privilegiado seria restrito aos filósofos. O instrumento do conhecimento, a racionalidade, foi tomado pelos filósofos como “valor em si”, independente de todos os outros valores existentes. O domínio da crítica filosófica foi reduzido ao simples discernimento quanto à veracidade ou à falsidade de um juízo ou de um valor.

A criação de dois mundos, pela qual se podem reconhecer os filósofos metafísicos, apresenta-se no pensamento sobre a origem, em verdade não um pensamento mas uma crença, manifesto na “*crença na oposição de valores*”, base de todas as argumentações ditas filosóficas.

‘Como poderia algo nascer de seu oposto? Por exemplo, a verdade do erro? Ou a vontade de verdade da vontade de engano? Ou a ação desinteressada do egoísmo? Ou a pura e radiante contemplação do sábio da concupiscência? Semelhante gênese é impossível; quem com ela sonha é um tolo, ou algo pior; as coisas de valor mais elevado devem ter uma origem que seja outra, *própria* – não podem derivar desse fugaz, enganador, sedutor, mesquinho mundo, desse turbilhão de insânia e cobiça! Devem vir do seio do ser, do intransitório, do deus oculto, da ‘coisa em si’ – nisso, e em nada mais deve estar sua causa!’ – Este modo de julgar constitui o típico preconceito pelo qual podem ser reconhecidos os metafísicos de todos os tempos; tal espécie de valoração está por trás de todos os seus procedimentos lógicos; é a partir dessa sua ‘crença’ que eles procuram alcançar seu ‘saber’, alcançar algo que no fim é batizado solenemente de ‘verdade’. A crença fundamental dos metafísicos é *a crença na oposição de valores*.²

A suspeita de que algo altamente valorizado se originasse de seu oposto, tido como vil e baixo, foi recusada como questão por toda a história da filosofia por meio da “negação da gênese de um a partir do outro”³. A filosofia metafísica instituiu a suposição de que uma coisa valorosa deveria necessariamente ter surgido de uma outra coisa que teria de ser ainda mais estimável. A filosofia sustentou-se sempre na crença de que a gênese de um alto valor

² ABM, p. 10.

³ HDH, p. 15.

deveria ser “miraculosa”⁴, tal qual a essência da coisa ou a ‘coisa em si’. A questão da origem foi completamente posta de lado pela filosofia até a emergência do pensamento de Nietzsche, que chegou a espantar-se com o fato de, finalmente, este pensamento poder ter vindo à tona, como se para isso fosse necessária uma mudança no estado da humanidade:

A humanidade gosta de afastar da mente as questões acerca da origem e dos primórdios: não é preciso estar quase desumanizado para sentir dentro de si tendência contrária?⁵

Esta passagem aponta para outra idéia muito cara à pesquisa nietzschiana sobre a história da filosofia. A filosofia metafísica precisou postular e reiterar uma essência única para o homem e para a humanidade que destituiria a tarefa de se pensar a gênese da humanidade. A importância da origem só se revela sob a perspectiva de que as coisas e o mundo estão em processo de criação. Algo que tivesse a sua gênese configurada de uma vez por todas não necessitaria ter a sua constituição pesquisada. O “mundo verdadeiro” ocupou o lugar do pensamento sobre a origem. Tanta recusa evidencia os valores morais encobertos pela filosofia. Nietzsche atribuiu ao “preconceito democrático, no tocante a qualquer questão relativa às origens”⁶ o atraso de uma genealogia da moral. O estado dos valores morais deveria ser o responsável pelo perigo de se pensar na origem.

Com a negação da possibilidade de o homem vir a ser, a filosofia recusou-se também a conceber a cognição como tendo outra origem que não a sua irrupção acabada, aos moldes de uma faculdade, que, tal como o cão correndo atrás de seu próprio rabo, serviria, inclusive, de explicação para a gênese do mundo inteiro.⁷

A negação da existência do mundo, do homem e do conhecimento como processo – nas palavras de Nietzsche, o “*defeito hereditário dos filósofos*” – alia-se, na perspectiva metafísica, à crença na oposição de valores. A aliança almeja dar ensejo ao projeto de correção do mundo, que não é tão estável, tão certo, tão justo como deveria ser. A crença na oposição de valores divide o mundo em dois planos, um de onde provém tudo o que é alto e bom, em detrimento do outro, onde existe aquilo que é baixo e vil. Nietzsche identificou nesta operação de divisão e exclusão simultâneas a necessidade de a filosofia metafísica

⁴ HDH, p. 15.

⁵ HDH, p. 16.

⁶ GM, p. 21.

⁷ Cf. HDH, p. 16.

funcionar como correção moral do mundo. A força dos valores morais metafísicos teria convergido para uma direção conservadora de um certo tipo de vida dos homens.

Por exemplo, que o determinado tenha mais valor que o indeterminado, a aparência menos valor que a ‘verdade’: tais avaliações poderiam, não obstante a sua importância reguladora *para nós*, ser apenas avaliações-de-fachada, um determinado tipo de *niaiserie* [tolice], tal como pode ser necessário justamente para a preservação de seres como nós. Supondo, claro, que não seja precisamente o homem a ‘medida de todas as coisas’...⁸

As interpretações que assumiram historicamente o valor da verdade e que tomam a verdade como o tema mais valioso não alcançam aquilo que seria uma “natureza humana”, ao contrário do que formulam, não dispõem de rigor para minimamente construir alguma teoria acerca do desenvolvimento do homem como espécie animal. As teorias metafísicas que se revestem com o valor da verdade cristalizam a “história da evolução dos organismos e dos conceitos”⁹, conservam o mesmo estado, concorrem para o impedimento de mudanças. Nietzsche interessou-se por atirar seu martelo contra esta espécie de conservação.

2.3. A perspectiva nietzschiana

Em seu interesse pela origem dos valores do conhecimento, Nietzsche encontrou a questão central de seu percurso de pensamento: o valor da verdade nunca havia sido posto em questão. Nunca a filosofia havia podido se interrogar acerca de sua necessidade de criação do valor da verdade. A hierarquia entre valores opostos tornou-se o tema principal da pesquisa de Nietzsche. Tanto a hierarquia quanto a falta de questionamento o interessavam. O valor da verdade e o lugar do intérprete.

Uma forte e eloqüente constatação de Nietzsche foi a de que o próprio valor de verdade da verdade não pôde ser questionado. As questões sobre a vontade de verdade que tanto mobilizaram os filósofos – por tratarem da garantia de veracidade da filosofia – nunca haviam sido levadas até o fim. Jamais a filosofia havia se perguntado pelo valor dessa

⁸ GM, p. 11.

⁹ HDH, p. 20.

vontade ou pela sua necessidade de desenvolver o pensamento segundo o molde de algo como a verdade. Nietzsche emprestou entonação de espanto à sua observação de que nunca antes nenhum filósofo havia se perguntado sobre o que o levaria a buscar e a encontrar uma verdade e não um erro, uma incerteza ou qualquer outra coisa.

E seria de acreditar que, como afinal nos quer parecer, o problema não tenha sido jamais colocado – que tenha sido por nós pela primeira vez vislumbrado, percebido, *arriscado*?¹⁰

Os filósofos podem ser reconhecidos como aqueles que não questionaram a autoridade do impulso que os levaria necessariamente em direção à verdade. As teorias do conhecimento, mesmo a teoria crítica de Kant, que almejava definir o âmbito de ação da razão, utilizaram-se do pressuposto facilmente abalável de que um instrumento “se pusesse a criticar sua própria perfeição e sua própria aptidão”¹¹, de que o intelecto pudesse por si só “conhecer seu próprio valor, sua força e seus limites”¹², sem reconhecerem nesta operação qualquer contra-senso. Esta cegueira filosófica ecoa na obra de Nietzsche em sua tarefa de decifrá-la e tem seu percurso de análise desenvolvido a partir da elaboração nietzschiana da relação, constantemente silenciada pela filosofia, entre conhecimento e moral.

Como colocar o valor da moral ou o valor da verdade em questão? Como pensar para além da oposição entre verdade e falsidade? Em sua pesquisa, Nietzsche compreendeu que era preciso romper o preconceito instituído de que o conhecimento e a verdade possuiriam um valor em si mesmos, mais precisamente, um valor único e superior a todos os outros, derivado de algum fato dado, exterior ao mundo das interpretações, e que fosse, ao mesmo tempo, seu fundamento. Este preconceito servia à aparência de isolamento e ao privilégio do âmbito do saber em relação aos outros valores fomentados na sociedade.

O valor supremo da verdade dependia de que se postulasse sempre alguma substância dada por detrás do enunciado, cuja existência deveria ser creditada a ela. A verdade do conhecimento sustentava-se na crença na existência de alguma coisa anterior ao conhecimento, alguma coisa que fosse sempre a mesma, imutável e eterna, e que se posicionaria em um ambiente externo ao mundo dos valores. A legitimidade do

¹⁰ ABM, p. 9.

¹¹ A, p. 11.

¹² A, p.11.

conhecimento era oriunda deste lugar extramundano de onde se irradiaria a verdade de todas as coisas. A verdade era necessariamente única e constante. Sua existência independia das práticas sociais humanas. Por ser paradigmática, a verdade seria o critério de validação de toda e qualquer ação humana.

Nietzsche foi talvez o primeiro filósofo a ler atentamente nas idéias filosóficas acerca de um outro mundo mais verdadeiro do que o mundo das aparências o seu caráter de invenção. A idéia de um mundo de onde a verdade emanaria sua essência nunca havia sido pensada como uma construção que precisaria ser atribuída à cultura de onde brota. A verdade nunca havia sido despojada de seu estatuto de juíza de valores a fim de ser inserida no rol dos valores criados e mantidos pela cultura. O “mundo verdadeiro” pareceu a Nietzsche uma necessidade inerente ao modo de vida daqueles que o criaram. Não se tratava mais de validar ou refutar essa idéia, mas de tomá-la como uma produção cultural que, se ganhou força de existência, foi devido à força de seu valor dentro do mundo dos valores.

A definição da história do “mundo verdadeiro” como a história de um erro não pode ser bem compreendida se não mantivermos em vista a crítica nietzschiana do valor da verdade. O interesse de Nietzsche não se restringia a declarar falsa a idéia de um mundo verdadeiro distinto do mundo sensível. A denominação da história da criação do “mundo verdadeiro” em seus diferentes estágios de “história de um erro” não deve nos iludir acerca da importância do caráter negativo desta história. O erro identificado por Nietzsche em seu tempo não pode ser comparado à noção metafísica de erro. Em Nietzsche não se trata mais de medir uma idéia de acordo com a quantidade de substância verdadeira que ela poderia conter, nem no sentido de desvelamento nem tampouco no de adequação¹³. O erro, sob a pena de Nietzsche, só pode ser compreendido se atrelado ao lugar daquele que o identificou como tal. Nietzsche pôde dizer, sem resvalar na perpetuação da noção metafísica de verdade, que a história do “mundo verdadeiro” tornou-se a história de um erro, pois pela primeira vez o erro ou a verdade correlata, nesse caso equivalentes, foram postos em perspectiva histórica, de modo a configurarem-se como frutos de interpretações necessárias, porém circunstanciais.

¹³ Cf. HEIDEGGER, M. **La doctrine de Platon sur la vérité**. Gallimard, 1993, (Question I e II) p. 423-469.

Nietzsche situou seu pensamento em relação à história da filosofia. O autor sentia que devia a emergência de seu pensamento a todo o desenvolvimento da razão filosófica anterior, ainda que ao mesmo tempo apresentasse uma ruptura neste desenvolvimento. Até então a filosofia baseara suas teorias na concepção da existência de alguma coisa dada que independesse da interpretação dos homens e, principalmente, que garantisse a veracidade de suas asserções. A noção metafísica de interpretação não levava em conta o lugar do intérprete. Mesmos as inversões de movimentos presentes na história da filosofia nunca haviam estado em posição de questionar o valor da realidade pressuposta como dada por detrás das interpretações.

Tal questionamento é o próprio da filosofia de Nietzsche. Apesar de situar-se no âmbito da história da filosofia, Nietzsche alcança uma posição que lhe possibilita, pela primeira vez, questionar o valor da verdade que até então embasava as interpretações filosóficas sem nunca ser contemplado por elas como questão.

A crítica ao valor superior, eterno, imutável e único da verdade, que sempre prevaleceu na oposição ao valor da aparência e da mudança, exigiu que Nietzsche estivesse em uma posição exterior ao âmbito do conhecimento. O interesse de Nietzsche quanto ao questionamento do valor daquilo que sustentava a produção de conhecimento filosófico levou sua pesquisa a trilhar um caminho de ruptura em relação às teorias metafísicas do conhecimento. A pesquisa nietzschiana, cujo objetivo era investigar a gênese da criação do valor da verdade precisou situar-se fora dos limites da filosofia metafísica.

Ao criticar o fundamento da produção de conhecimento filosófico e de seu valor, Nietzsche desembocou no território da criação de valores em geral. Sua pesquisa o levou ao terreno da imbricação entre o conhecimento e a moral. O ambiente exterior ao restrito domínio do conhecimento metafísico não poderia ser um outro mundo, que já havia sido colonizado pela metafísica. A localização fora dos parâmetros do mundo de valores do conhecimento deveria ser ao mesmo tempo intrínseca à criação de valores. Ao buscar conhecer a gênese dos valores do conhecimento, Nietzsche encontrou a relação intrínseca entre produção e manutenção do conhecimento dentro de certos moldes e a criação e a força dos valores morais.¹⁴

¹⁴ Cf. MACHADO, R. *Nietzsche e a verdade*. São Paulo: Paz e terra, 1999, p. 52.

2.4. Legitimação da filosofia e da moral

A filosofia, como a moral, legitimava-se pela existência de um outro mundo como causa do mundo das aparências. A origem do valor da verdade relacionava-se inteiramente à gênese dos valores morais e à sua história. A substância inquestionável tida como dada por detrás das interpretações filosóficas, aquela que ocuparia o lugar da verdade em cada corrente teórica, também marcava o lugar dos valores morais em sua imbricação com a filosofia. A verdade filosófica inspirava-se na verdade moral sem que tal identificação pudesse ser vislumbrada pelos filósofos. A suprema luz da verdade metafísica representava também a opacidade em que se encontrava a história da criação de valores para a filosofia.

A essência, exterior ao mundo dos enunciados e práticas humanos, que a filosofia postulava como garantia deste mundo sensível, era reconhecida pelos filósofos como o seu motor de pensamento. Ainda que o filósofo reconhecesse a inacessibilidade ao “mundo verdadeiro” e sua desobrigação para com ele, esse outro mundo foi sempre o parâmetro para o desenvolvimento teórico da filosofia. A questão quanto à autoridade do impulso em busca da verdade encontrava seu término na referência ao “mundo verdadeiro”, de modo que a questão recebia simultaneamente uma resposta e um freio. Nesse duplo caráter do valor da verdade, Nietzsche flagrou o lugar da moral em sua imbricação com a filosofia.

Os filósofos reconheciam o “mundo verdadeiro” como a força motriz de seu impulso em direção à verdade filosófica, sem, contudo, perceberem a tautologia presente nessa operação. Nietzsche percebeu que, apesar da tautologia, a operação de fato existia. A força motriz dos filósofos deveria estar em um mundo organizado por outros valores que dariam suporte aos valores apresentados pelas teorias do conhecimento. O outro mundo de onde os filósofos retirariam sua força seria o mundo dos valores morais. Nietzsche sustentou enfaticamente que o objeto tido como dado sem questionamento da filosofia eram os valores morais, que também funcionavam como a força motriz de cada filósofo.

Gradualmente foi se revelando para mim o que toda grande filosofia foi até o momento: a confissão pessoal de seu autor, uma espécie de memórias involuntárias e inadvertidas; e

também se tornou claro que as intenções morais (ou imorais) de toda filosofia constituíram sempre o germe a partir do qual cresceu a planta inteira.¹⁵

A filosofia metafísica foi marcada, desde Sócrates, por sua devoção cega à moral. Por não se posicionarem em uma perspectiva exterior aos fundamentos e à força da legitimidade da moral, os filósofos ficaram impedidos de descreverem e analisarem a moral como objeto. A filosofia não pôde compreender que o seu desenvolvimento ligava-se diretamente aos valores vigentes na cultura de onde nascera. Os pressupostos filosóficos eram os mesmos pressupostos sustentados pela moral e, como tal, eles mesmos impediam e desqualificavam qualquer questionamento quanto à sua validade. A moral é coercitiva, “é que na presença da moral, como na presença de toda autoridade, não é lícito refletir, e ainda menos falar; ali é preciso obedecer!”.¹⁶

Tão logo se ocuparam da moral como ciência, os filósofos todos exigiram de si, com uma seriedade tesa, de fazer rir, algo muito mais elevado, mais pretensioso, mais solene: eles desejaram a *fundamentação* da moral – e cada filósofo acreditou até agora ter fundamentado a moral; a moral mesma, porém, era tida como ‘dada’. Quão longe do seu tosco orgulho estava a tarefa da descrição, aparentemente insignificante e largada no pó e na lama, embora para realizá-la não bastassem talvez os sentidos e os dedos mais finos e delicados! Precisamente porque os filósofos da moral conheciam os fatos morais apenas grosseiramente, num excerto arbitrário ou compêndio fortuito, como moralidade do seu ambiente, de sua classe, de sua Igreja, do espírito de sua época, de seu clima e seu lugar – precisamente porque eram mal informados e pouco curiosos a respeito de povos, tempos e eras, não chegaram a ter em vista os verdadeiros problemas da moral – os quais emergem somente na comparação de *muitas* morais. Por estranho que possa soar, em toda ‘ciência da moral’ sempre faltou o problema da própria moral: faltou a suspeita de que ali havia algo problemático. O que os filósofos denominavam ‘fundamentação da moral’, exigindo-a de si, era apenas, vista à luz adequada, uma forma erudita de boa-fé na moral dominante, um novo modo de *expressá-la*, e portanto um fato no interior de uma determinada moralidade, e até mesmo, em última instância, uma espécie de negação de que fosse *lícito* ver essa moral como um problema – em todo caso o oposto de um exame, questionamento, análise, vivissecção dessa mesma fé.¹⁷

A citação indica que quanto mais os filósofos tornavam-se “cientistas da moral”, isto é, quanto mais falavam e apresentavam seus pensamentos acerca da moral e, segundo Nietzsche, isto vinha ocorrendo desde a filosofia de Sócrates¹⁸, mais a moral permanecia

¹⁵ ABM, p. 13.

¹⁶ A, p. 10.

¹⁷ ABM, p. 85.

¹⁸ Nietzsche, F. *Fragmentos Póstumos*, 25 [17] *apud* MACHADO, R. **Nietzsche e a verdade**. São Paulo: Paz e terra, 1999, p. 52.

inquestionável, opaca, soberana. A presença da moral como tema da filosofia servia, contraditoriamente, à sua ausência como questão. Engendrava-se na filosofia um processo pelo qual a moral funcionava tanto como motor do pensamento filosófico quanto chegava a ser seu objeto de estudo, mas, ao mesmo tempo, a filosofia permanecia recusando o seu questionamento crítico.

Os filósofos tomaram a moral como única, nunca puderam perceber que as tábuas de valores eram tão variáveis quanto as épocas e os povos. Seu olhar obtuso reduzia-se constantemente aos seus próprios valores. Mais do que isso, os filósofos tratavam o conhecimento do mesmo modo com que lidavam com seus valores: também postulavam a verdade como única, como valor em si, sem nunca terem podido se questionar sobre tal apreciação de valores, sem sequer por instantes perguntarem-se “certo, queremos a verdade: mas por que não, de preferência, a inverdade? Ou a incerteza? Ou mesmo a insciência? – O problema do valor da verdade apresentou-se à nossa frente – ou fomos nós a nos apresentar diante dele?”¹⁹. O fato de a verdade ser considerada como mais válida do que um erro permaneceu sem explicação e, aparentemente, nem mesmo despertou interesse filosófico. Do mesmo modo que a moral era tratada com toda a certeza inabalável que só a fé garante, o conhecimento também foi sustentado pela fé na unicidade da verdade e em seu valor em si, sem que a força dessa fé pudesse ser tomada como algo que merecesse atenção.

Uma das principais descobertas de Nietzsche, a imbricação entre filosofia e moral, trouxe a consequência de que todas as filosofias, a partir de Sócrates, por mais que pudessem parecer distintas umas das outras, tiveram seu traço comum esclarecido: todas portavam a afirmação e mesmo a “propaganda”²⁰ de uma certa moralidade. Ao mesmo tempo, tornou-se clara a força da crença na universalidade de uma única moral. Esta crença nos importa e importou a Nietzsche na medida em que é também o sustentáculo da produção de conhecimento filosófico.

A relação da filosofia com suas crenças ou preconceitos é a própria face da relação entre os âmbitos da teoria do conhecimento e o da moral. Ambos os preconceitos dos filósofos e os valores morais devem sua existência a uma força cujo estatuto social é o mesmo que rege a fé religiosa. A força da coerção de uma crença e a manutenção de

¹⁹ ABM, p. 9.

²⁰ Nietzsche, F. *Fragmentos Póstumos, I [60]* apud MACHADO, R. **Nietzsche e a verdade**. São Paulo: Paz e terra, 1999, p. 54.

pressupostos filosófico-rationais sem questionamento parece ser um dos temas mais instigantes para Nietzsche. Foi uma força de grandes proporções o que ele descobriu ao analisar a gênese dos valores do conhecimento, o mesmo tipo de força que sustenta a existência dos valores morais e a religião.

2.5. O estado da moral, o saber e o mal-estar

A força dos pensamentos advém de sentimentos a eles atrelados. O mundo dominado pela moral cristã, que, segundo Nietzsche, teve o seu início antes da existência de Cristo, a partir da filosofia de Sócrates e do platonismo, tornou-se profundo, abarrotou-se de sentimentos e pensamentos de profundidade. Foram criadas a idéia e a sensação de uma espiritualização, interiorizada e profunda, opostas à gama de sentimentos e pensamentos antes associados ao corpo e à arte, agora vividos como superficiais e imorais.

Assim como Demócrito transferiu os conceitos de ‘em cima’ e ‘embaixo’ para o espaço infinito, onde não têm sentido algum, os filósofos transportam o conceito de ‘interior e exterior’ para a essência e aparência do mundo; acham que com sentimentos profundos chegamos ao profundo interior, aproximamo-nos do coração da natureza. Mas esses sentimentos são profundos apenas na medida em que com eles, de modo quase imperceptível, se excitam regularmente determinados grupos complexos de pensamentos, que chamamos de profundo; um sentimento é profundo porque consideramos profundo o pensamento que o acompanha. Mas o pensamento profundo pode estar muito longe da verdade, como, por exemplo, todo pensamento metafísico; se retirarmos do sentimento profundo os elementos intelectuais a ele misturados, resta o sentimento *forte*, e este não é capaz de garantir, para o conhecimento, nada além de si mesmo, tal como a crença forte prova apenas a sua força, não a verdade daquilo em que se crê.²¹

Nietzsche descobriu na história da gênese da moral a invenção dos binômios interior-exterior e profundidade-superficialidade. A filosofia acompanhou esse movimento de criação oferecendo à construção das dicotomias os conceitos necessários, mas, principalmente, a filosofia doou argumentos considerados racionais para a legitimação da hierarquia entre os pares das dicotomias. O conteúdo filosófico validou a crença orgulhosa, compartilhada pelos homens do mundo dominado pela moral, de que os sentimentos vividos como profundos “de fato” são capazes de alcançar a profunda essência das coisas.

²¹ HDH, p. 25.

O sentimento moral cria a ilusão de que aquilo que se passa no íntimo do indivíduo transcorre do mesmo modo no “coração da natureza”. A interioridade e a profundidade, que a espécie humana adquiriu com o desenvolvimento da moral, foram imediatamente transpostas para o reino das coisas. Nesse processo, além de o homem haver recebido o incremento de um mundo interno espiritualizado, a natureza tornou-se igualmente profunda e dotada de uma essência ou substância que se deveria, a partir de então, conhecer “verdadeiramente”.

Em tempos passados, o espírito não era solicitado pelo pensamento rigoroso; ocupava-se em urdir formas e símbolos. Isso mudou; a ocupação séria com o simbólico tornou-se distintivo da cultura inferior; assim como nossas artes mesmas se tornam cada vez mais intelectuais e nossos sentidos mais espirituais, e como também julgamos de maneira bem diversa da de cem anos atrás aquilo que é sensualmente harmonioso: assim também as formas de nossas vidas se tornam cada vez mais *espirituais*, e para os olhos de épocas antigas talvez *mais feias*, mas apenas porque não conseguem ver como o reino da beleza interior, espiritual, continuamente se aprofunda e se amplia, e em que medida, para todos nós, o olhar inteligente pode hoje valer mais que a estrutura mais bela e a construção mais sublime.²²

A principal crença projetada no mundo sensível da natureza foi a idéia de um “eu” como causa dos fatos. Quando os homens tornaram-se dotados de profundidade, de um mundo interior povoado de fatos, tornaram-se também portadores de um agente único, idêntico a si mesmo e permanente. Da crença em tal identidade responsável pelas ações, pode-se derivar a idéia filosófica por excelência, a idéia de “Ser”. O ser já não habitaria apenas os seres humanos, mas deveria estar presente em tudo mais o que existisse. Segundo Nietzsche, a própria noção de coisa foi retirada da crença em um sujeito agente. A interioridade de que agora os homens dispunham foi transferida, generalizada, para tudo aquilo que os homens tocavam e imaginavam. Quando o mundo passou a ser regido pelo “Ser”, ele pôde ser conhecido.

A idéia de “Ser” responde pela causa de todas as diferenças. Ela é a própria encarnação da operação de generalização. A idéia de “Ser” corresponde à substância a se conhecer, ao limite *a priori* do conhecimento e também ao agente do conhecimento. Os deuses que se divertiam ao urdir formas e símbolos transfiguraram-se em um “Deus” único, eterno e imutável, no “Ser” supremo, causa de todas as coisas. A crença no poder do

²² HDH, p. 17-18.

conhecimento em si é a mesma crença em Deus. Conhecimento e religião, em seu estado atual, são faces da mesma crença moral.

A leitura das obras de Nietzsche nos impede de adotar uma postura maniqueísta, ainda que seja esta a nossa tendência em muitos casos. Nietzsche nos adverte de que, se podemos pensar em temas como a interdependência entre a filosofia metafísica e a moral religiosa de nosso tempo, isto se deve ao próprio desenvolvimento histórico do tema em questão. Nós fazemos parte da história que estudamos, portanto o fato de hoje podermos formular certas críticas precisa ser confrontado com a história na qual estamos inseridos. Outra das advertências de Nietzsche é a de que, apesar de todo o dano causado à cultura pela dominação da moral metafísico-religiosa, apenas “no âmbito dessa forma *essencialmente perigosa* de existência humana, a sacerdotal, é que o homem se tornou *um animal interessante*, apenas então a alma humana ganhou *profundidade* num sentido superior, e tornou-se *má* – e estas são as duas formas fundamentais da superioridade até agora tida pelo homem sobre as outras bestas!...”²³

A profundidade ganhou existência como consciência. Mas a história da consciência confunde-se com a gênese da má-consciência. O mundo interno do indivíduo constituído como a sua consciência passou a responder pela criação do conhecimento e a ser o instrumento da atualização da moral. Na consciência encontraram-se o conhecimento metafísico e a força dos valores morais. A consciência divinizada pela moral atua como um observador onisciente e onipresente, de modo que o sujeito criado só pôde ser o sujeito culpado. As outras bestas, que não têm consciência ou responsabilidade por seus atos, estão, por isso, mais distantes de Deus. A superioridade do homem, sua espiritualização canalizada para a manutenção dos preconceitos que garantem o valor da verdade unívoca e eterna, é também o seu excesso de sofrimento como má-consciência ou culpa. A moral teria então um duplo aspecto: por um lado, constituiria um estimulante para a vida, ainda que envenenado, e, por outro, seria também uma conseqüência, a doença, o sintoma desse remédio.²⁴

O duplo aspecto da história da moral teve sua emergência avassaladora no triunfo sistemático da metafísica sobre quaisquer outros modos de interpretação do mundo. Por

²³ GM, p. 25.

²⁴ GM, p. 12.

mais de dois mil anos, acreditou-se que o conhecimento do homem, do mundo e das coisas seria algo tão valioso que não poderia ser uma mera interpretação. A verdade moral-filosófica ocupou e vedou o lugar da emergência de outras interpretações. A verdade metafísica – única, eterna e imutável –, incrustada entre os homens com força imensa, tornou proibidas as práticas que a considerassem circunstancial e, portanto, substituível. Na medida em que há algo como a essência das coisas ou o agente por detrás dos atos, a idéia ou a coisa em si, fecha-se a possibilidade de se tomar o mundo e o conhecimento como passíveis de interpretações diversas. As criações metafísicas, que mais não são do que uma única construção, a construção de algo como *a* verdade, trazem em seu próprio bojo a negação de si como construções. Em seu âmbito, jamais o pensamento poderá incluir em si mesmo a possibilidade de ser superado ou de ser invadido por outra circunstância. Negando a circunstância, recusando a localização da especificidade, o pensamento metafísico assegurou sua permanência soberana e sua força de crença inquestionável.

Nietzsche afirmou que toda a filosofia que passa a acreditar em si mesma sofre do impulso de criar o mundo à sua semelhança,²⁵ e desta afirmação deixamos em suspenso, pelo menos, uma conseqüência e uma pergunta. A conseqüência é a de que há então filosofias que passam a não *acreditar* em si mesmas. A pergunta é por que a filosofia metafísica precisou criar e permanecer criando um mundo derivado da oposição de valores.

Nada disso seria tão problemático se pensamento e prática não aparecessem no mundo humano como o mesmo e único ato. O pensamento congelado na manutenção das crenças morais cerceou as diferenças das práticas humanas. Nossa civilização frutificou-se por meio de muitas recusas e cerceamentos. O próprio termo civilização designa o tipo de pensamento e prática de onde brota: é necessário que haja práticas e pensamentos excluídos para que a civilização seja erigida como valor supremo.

Este problema do valor da compaixão e da moral da compaixão (...) à primeira vista parece ser algo isolado, uma interrogação à parte; mas quem nesse ponto se detém, quem aqui aprende a questionar, a este sucederá o mesmo que ocorreu a mim – uma perspectiva imensa se abre para ele (...) – por fim, uma nova exigência se faz ouvir. Enunciemo-la, esta *nova exigência*: necessitamos de uma crítica dos valores morais, *o próprio valor desses valores deverá ser colocado em questão* – para isso é necessário um conhecimento das condições e circunstâncias nas quais nasceram, sob as quais se desenvolveram e se modificaram (moral

²⁵ Cf. ABM, p. 15.

como consequência, como sintoma, máscara, tartufice, doença, mal-entendido; mas também moral como causa, medicamento estimulante, inibição, veneno), um conhecimento tal como até hoje nunca existiu nem foi desejado. Tomava-se o *valor* desses 'valores' como dado, como efetivo, como além de qualquer questionamento; até hoje não houve dúvida ou hesitação em atribuir ao 'bom' valor mais elevado que ao 'mau' (...). E se o contrário fosse a verdade? E se no 'bom' houvesse um sintoma regressivo, como um perigo, uma sedução, um veneno, um narcótico, mediante o qual o presente vivesse como que *às expensas do futuro?* (...) De modo que precisamente a moral seria culpada de que jamais se alcançasse o *supremo brilho e potência* do tipo homem?²⁶

²⁶ GM, p. 13.